



MULTICULTURALISMO E A POLÍTICA DE INGRESSO NAS UNIVERSIDADES DOS EUA

Arabela Campos Oliven

RESUMO: *Multiculturalismo e a política de ingresso nas universidades dos Estados Unidos.* A crescente presença de minorias, até há pouco tempo praticamente excluídas das instituições de ensino superior mais seletivas, tem suscitado grande polêmica. A análise deste debate é contextualizada a partir de dados sobre as relações raciais nos Estados Unidos, o multiculturalismo e as políticas de ação afirmativa. São discutidas também as mudanças na construção da identidade nacional dos EUA.

Palavras-chave: *multiculturalismo, ação afirmativa, ensino superior, democratização, Estados Unidos.*

ABSTRACT: *Multiculturalism in the United States of America and the university entrance policie.* The growing presence of minorities until recently excluded from the most selective universities has caused a great debate. The analysis of this debate is put into the context of racial relations, affirmative action policies, multiculturalism and changes in the construction of national identity in the United States.

Key-words: *Multiculturalism, affirmative action, higher education, democratization, United States.*

Introdução

Um brasileiro ao chegar numa universidade americana se depara com uma realidade bastante diferente da nossa, ou seja, categorias como raça, etnia e gênero têm um grande peso na seleção de professores funcionários e alunos. Isso se deve a políticas de Ação Afirmativa.

Mas, o que vem a ser a *Affirmative Action* ou Ação Afirmativa? É um conjunto de ações e orientações do governo para proteger minorias e grupos que tenham sido discriminados no passado. Em termos práticos, “as organizações devem agir positiva, afirmativa e agressivamente para remover todas as barreiras, mesmo que informais ou sutis, que impeçam o acesso por minorias e mulheres a seus lugares de direito no emprego e instituições nos Estados Unidos”¹.

A nação norte-americana, desde a sua origem, se define como uma república democrática, avessa a desigualdades de berço tão caras às sociedades aristocráticas da Europa. O seu ideário é baseado nos princípios liberais onde o indivíduo é livre, para através do mérito, mostrar o seu valor e ascender socialmente. Pela própria constituição todos são iguais por nascimento. Paradoxalmente, esse ideal igualitário conviveu, por muitos anos, com uma realidade excludente, que aceitava o extermínio dos índios em prol do progresso, a escravidão e discriminação dos negros e a própria marginalização das mulheres, considerados seres inferiores.

Relações raciais nos Estados Unidos

Para se entender o que é a *Affirmative Action* nos Estados Unidos, torna-se necessária uma breve incursão histórica nas relações entre brancos e negros nesse país. Antes da aprovação da lei dos direitos civis, na década de 60, a situação dos negros era a de segregação fundamentada em lei. Em 1896, a Suprema Corte manteve a segregação como constitucional caso as acomodações oferecidas nos trens para passageiros negros e brancos fossem equiparáveis (seria como, por hipótese, separar fumantes de não fumantes em lugares públicos.). A filosofia do “igual, mas separado” erigiu uma barreira entre negros e brancos, negando aos negros o livre acesso a moradias, restaurantes e a maior parte das facilidades públicas. Para se ter uma idéia, no início dos anos 50, dezessete estados americanos proibiam crianças negras e brancas de frequentarem a mesma escola.

Na arena de disputas entre segregacionistas e integracionistas a questão educacional era das mais acirradas. Um divisor de águas na luta pela dessegregação da escola foi o caso *Brown versus Board of Education* (Secretaria de Educação de uma cidade ao norte dos Estados Unidos). Embora as facilidades oferecidas pelas escolas elementares para negros fossem equiparáveis a

das escolas para brancos, o pai de Linda Brown foi à justiça contra as autoridades educacionais, pelo fato de sua filha de 7 anos ter de atravessar a cidade para frequentar uma escola para negros, quando tinha uma escola próxima de onde morava, que era exclusiva para brancos. O juiz da Suprema Corte, em sentença que fez história na jurisprudência norte-americana, concluiu que “no campo da educação pública o princípio ‘igual, mas separado’ não tem lugar. Facilidades educacionais separadas são inerentemente desiguais”².

Na realidade, a decisão de integração no caso de Linda Brown não tinha apoio popular, principalmente nos estados do sul. Levantamento feito entre os sulinos mostrava que 80% deles eram contrários à decisão da justiça. De fato, as legislaturas estaduais aprovaram mais do que 450 leis e resoluções com o objetivo de impedir a integração³. O processo de integração escolar só foi realizado, na prática, a partir da pressão exercida pelo movimento dos direitos civis liderado por Martin Luther King Jr, da disposição do governo federal de garantir, mesmo tendo de usar a força, a presença de estudantes negros nas escolas públicas frequentadas por brancos e da aprovação, em 1964, pelo Congresso americano do *Civil Rights Act*, legislação que baniu a discriminação nas acomodações públicas, em programas com subsídio federal e também no emprego; dando ao governo federal novos poderes para implementar a dessegregação.

O movimento pelos direitos civis liderado por Martin Luther King pregava a não-violência e contou com a adesão de muitos brancos que eram também a favor da integração dos negros na sociedade americana. Os ganhos obtidos nas esferas política e social contribuíram para desenvolver o orgulho de ser negro. No entanto, os custos sociais para alcançar os objetivos da integração foram demasiado altos em termos não só de agressões, prisões mas também de vidas humanas, e culminou com o assassinato de seu líder máximo, Martin Luther King Jr, em 1968. Como as promessas de políticos e a implementação da lei dos direitos civis não se concretizavam na intensidade das expectativas de muitos dos militantes, a orientação do movimento negro passa, gradativamente, a assumir uma postura mais combativa.

Ao contrário de Martin Luther, que foi influenciado por Gandhi, as novas lideranças tinham nos escritos de Franz Fanon⁴ e nas lutas de libertação das colônias africanas a sua fonte de inspiração e modelo de conduta. Alguns segmentos, principalmente o dos negros muçulmanos, liderados por Malcom X, clamavam pela separação das raças, o que poderia ser alcançado através do retorno à África ou da ocupação de um território exclusivo, fornecido pelo governo federal. Essa atitude radical se constituía na antítese da filosofia de integração, que orientou o movimento pelos direitos civis. Um outro grupo liderado por Carmichael substituiu o *slogan* de “Liberdade já” pelo de “Poder Negro”. Em Oakland, Califórnia, teve origem o *Black Panther*, grupo que apoiava o uso de armas tanto para a auto-defesa como para a luta pelo poder. De acordo com a nova orientação, os brancos, que participaram das lutas pela conquista de

direitos civis, deveriam permanecer fora das lideranças dos movimentos negros.

Completando este panorama, certos dados demográficos e econômicos ajudam a entender melhor a questão das desigualdades nos Estados Unidos. Durante este século, 3 milhões de negros sulinos migraram para o norte, estabelecendo-se, principalmente, nos grandes centros industriais. Dois terços dos afro-americanos vivem em cidades, a grande maioria nos centros empobrecidos das metrópoles. A concentração da população negra em verdadeiros guetos urbanos, a reorganização das novas lideranças dos movimentos negros a favor de atitudes de enfrentamento, a secular discriminação da população branca com relação à não-branca e a sua resistência à integração fazem explodir as relações entre brancos e negros. Para se ter uma idéia, durante os nove primeiros meses de 1967, mais de 150 cidades americanas registraram incidentes envolvendo lutas raciais.

O presidente Johnson apontou uma comissão para estudar a situação. O relatório final, apresentado em março de 1968, aponta como causas da violência a discriminação de brancos contra os negros. Estes habitam os guetos centrais das cidades, enquanto os brancos se isolam nas áreas suburbanas; outros fatores de revolta são as esperanças frustradas dos negros, o encorajamento da violência, tanto do lado dos brancos quanto de alguns grupos negros de protesto. O relatório concluiu afirmando que “a nação está rapidamente se movendo em direção a duas Américas cada vez mais separadas”. Entre as recomendações salientam-se a eliminação de todas as barreiras raciais no emprego, educação e habitação, maior resposta pública aos problemas das minorias raciais e maior comunicação entre as fronteiras raciais⁵.

Dados históricos da Ação Afirmativa

Pode-se dizer que as políticas de Ação Afirmativa têm início em 1941, quando o presidente Roosevelt estabeleceu uma medida exigindo um tratamento não-discriminatório no emprego, em todas as indústrias que recebessem contrato para as atividades de defesa. O termo *Affirmative Action* foi usado pela primeira vez, em 1961, pelo então presidente Kennedy, que estabeleceu um comitê presidencial sobre oportunidades iguais no emprego. Em 1965, Lyndon Johnson passa a exigir não-discriminação no emprego, de todas as empresas com contratos federais e uma Ação Afirmativa no sentido de combater os efeitos da discriminação passada. Em 1967, o mesmo presidente acrescentou sexo entre as categorias protegidas pela Ação Afirmativa e, em 1972, houve uma emenda no sentido de que a mesma orientação se aplicasse também a instituições educacionais.

Essa orientação do governo federal marca um esforço significativo de

implementar uma política que fosse além de uma postura anti-discriminatória passiva. Ela traduz uma intenção de usar o poder público em benefício de vítimas de discriminação social. Os programas de Ação Afirmativa exigidos de firmas com mais de 50 empregados, ou recebendo do governo mais de 50 mil dólares deveriam apresentar objetivos e procedimento claros, que traduzissem um esforço no sentido de equalizar as oportunidades de emprego. Assim, passa a ser solicitada, tanto para firmas como instituições educacionais, a elaboração de planos de Ação Afirmativa e são estabelecidas sanções oficiais para o caso de não cumprimento da exigência⁶. Na medida em que os negros apresentam ganhos derivados de sua organização e luta, outros grupos passam a se identificar como grupos discriminados e a se organizar a fim de alcançar os mesmos objetivos. A luta pode ser, em parte, resumida em termos de desafio à supremacia *WASP* (White, Anglo-Saxon and Protestant, ou seja, branca anglo-saxã e protestante) cuja sigla poderia ser acrescida de um M relativo a masculina.

Essas transformações que se operaram na sociedade norte-americana, tanto ao nível legal quanto no das relações sociais, tiveram grande repercussões no sistema de ensino superior. A partir da década de 70, com a crescente presença nas universidades de clientelas feminina, afro-americana e de outros americanos hifenizados (asiático-americanos, nativo-americanos, ou seja, índios; etc.) o currículo passa a ser questionado:

- exige-se maior diversidade e abrangência, incluindo temas relevantes aos novos grupos;
- questiona-se a orientação eurocêntrica da história americana que deve passar por inúmeras releituras a partir da ótica de vários grupos até então excluídos;
- o cânone, relação de obras clássicas tidas como altamente recomendáveis para a leitura, passa a ser visto como instrumento opressivo da supremacia da civilização ocidental.

Muitas universidades bastante ciosas de seu padrão acadêmico, não querem ser “contaminadas” nos seus cursos mais seletivos com a presença de grupos menos bem preparados. Forma-se uma segmentação interna com a criação de novos departamentos voltados para atender, predominantemente, o interesse dos novos estudantes, ou seja, estudos de gênero, de chicanos, estudos africanos etc.

A Ação Afirmativa, como forma de discriminação positiva, é uma política de aplicação prática. Ela considera um reflexo da discriminação a sub-representação de minorias em instituições e posições de maior prestígio e poder na sociedade. Ela visa, nem que seja por um período provisório, a criação de incentivos aos grupos minoritários, que busquem o equilíbrio entre os percentuais de cada minoria na população e os percentuais dessas mesmas minorias na composição dos grupos de poder nas diversas instituições. Para Halsey, sociólogo da educação, políticas de discriminação positiva tem como alvo os alunos prove-

nientes de meios sócio-culturais desfavorecidos, uma vez que “o objetivo não deve ser aquele liberal da igualdade de acesso, mas igualdade de resultados (...) de tal modo que o contingente de mulheres, negros, operários, habitantes do campo deveria, em termos médios, apresentar o mesmo nível de escolaridade quando comparado à escolaridade média dos homens, dos brancos, dos funcionários e dos habitantes da cidade; caso contrário teria havido injustiça”⁷.

A implementação das políticas de Ação Afirmativa nas universidades tem suscitado diversos problemas. Do ponto de vista operacional, os quatro grandes grupos de minorias que têm sido comumente considerados discriminados, e, portanto, alvo das políticas de incentivo são:

1. *African-Americans*, esse é um grupo formado pelos negros nascidos nos Estados Unidos, a identificação não é difícil pois, ou contrário do Brasil, a miscigenação é pequena e a demarcação entre negros e brancos, bastante rígida. Existe também a regra do *one drop rule* que considera negro qualquer indivíduo com um ancestral negro. No entanto, um negro venezuelano entra em outra categoria.

2. *Native-Americans*, descendentes de índios que pertencem a vários grupos, grande parte deles vivendo nos territórios indígenas demarcados.

3. *Asian-Americans*, de descendência asiática, formam um grupo muito heterogêneo em termos de etnias, culturas e nacionalidades, são, também, oriundos de períodos migratórios diferentes.

4. *Hispanics*, que inclui chicanos, porto-riquenhos, cubanos e demais migrantes de outros países da América Central e do Sul.

Essas categorizações dão margem a uma interpretação bastante rígida de política de quotas: cada minoria, ou grupo discriminado, teria “direito” a seu percentual de representação. Essa perspectiva torna a Ação Afirmativa bastante vulnerável. A presença de grupos minoritários nas universidades passa, então, a ser vista como uma expressão do multiculturalismo, que caracterizaria melhor a realidade atual norte-americana, do que a visão eurocentrista que sempre balizou a definição do que vem a ser americano. O debate sobre a Ação Afirmativa e multiculturalismo se sobrepõe em certos aspectos e reflete, em alguns casos, juízos de valor sobre a questão da diversidade no ensino superior em termos da presença de minorias, que por um longo tempo foram excluídas das instituições mais tradicionais e seletivas do país.

O debate sobre a Ação Afirmativa

Foi, principalmente, através da política de Ação Afirmativa, que se acentuou a diversidade no ensino superior norte-americano em termos de presença conspícua de elementos pertencentes a minorias, nos campi universitários mais seletos. Essa diversidade não tem sido facilmente aceita e tem suscitado um

debate constante, que transcende os limites da universidade e, em última instância, liga-se à questão da nacionalidade.

Enquanto a Lei dos Direitos Civis não fazia distinção com relação a raça, religião ou origem nacional, quanto ao direito de votar e à provisão de serviços públicos, o período que lhe segue é o de um imprecendente levantamento de dados quanto a cor, raça, e origem nacional de cada indivíduo. Glazer, baseando seu argumento no fato de que os EEUU são o primeiro país a se definir, não em termos de origem étnica, mas em termos de adesão a regras comuns de cidadania, considera inconstitucionais as políticas governamentais, que justificam o que ele chama de “discriminação afirmativa”, ou seja, o favorecimento de minorias com o fim de alcançar o objetivo da igualdade⁸.

Na realidade, o julgamento do processo de Bakke, que se sentiu injustiçado pelos critério de seleção da Universidade da Califórnia e, por essa razão, foi à justiça, veio provar o contrário. Allan Bakke, um estudante branco, se inscreveu, na década de 70, para seleção na escola de medicina da Universidade da Califórnia, em Davies. A escola tinha um programa de Ação Afirmativa que reservava 16 lugares das suas 100 vagas para minorias. Bakke não conseguiu admissão e processou os *regents*, responsáveis pela Universidade da Califórnia, considerando-se discriminado. Ele argumentou que teria sido admitido caso as 16 vagas não tivessem sido retiradas da competição aberta, e que, inclusive, tinha médias mais altas do que a dos estudantes de minorias que foram admitidos. O programa de admissão foi considerado constitucional. Um dos argumentos do juiz foi que: “A fim de superarmos o racismo, nós temos que primeiro levar em conta raça. Não há outra maneira⁹.”

Glazer se diz surpreso pelo fato de que políticas, que reverteram o consenso de dois séculos de história americana, pudessem se estabelecer de forma tão poderosas no espaço de uma década. Takaki, um asiático-americano professor da Universidade da Califórnia, responde a Glazer com uma argumentação, que revela a outra face da moeda, ou seja, a realidade de exclusão da sociedade americana com relação à população não branca. Entre inúmeros exemplos da discriminação contra americanos não brancos, ele cita o internamento forçado de nipo-americanos em campos de detenção, durante a II Guerra Mundial, o que não aconteceu com americanos de origem alemã e italiana no mesmo período. Nesse caso, os americanos de origem japonesa, não eram vistos como “indivíduos livres”, mas como sujeitos a uma política simplesmente por causa de seus ancestrais japoneses¹⁰.

Para Takaki, os críticos da Ação Afirmativa, muitas vezes, omitem o fato de que através da história norte-americana, houve sempre discriminação positiva para homens brancos, que se beneficiaram, durante muito tempo, de oportunidades educacionais e profissionais que lhes eram reservadas. Eles desfrutavam de inúmeras vantagens sociais, sem terem de enfrentar a concorrência de mulheres e das minorias consideradas não-brancas. Na medida em que essas

vantagens eram repassadas aos seus filhos brancos, por gerações e gerações, elas se tornavam cumulativas. Takaki aponta a importância de registros numéricos como forma de se medir progresso em termos de resultados da Ação Afirmativa. Por exemplo: a Cia telefônica AT&T iniciou em 1973 um plano de correção de suas prévias práticas de discriminação no emprego. Em 1978, minorias em cargos de gerência tinham passado de 4.6% para 10% (o percentual dobrou em menos de 5 anos). A IBM estabeleceu em 1968 um departamento de oportunidades iguais para atender a requerimentos em relação à Ação Afirmativa. De 1971 a 80, o número de gerentes negros aumentou de 429 para 1.596, o de hispânicos de 83 para 436 e o de mulheres de 471 para 2.350¹¹.

Uma das posições críticas mais conservadoras quanto às políticas de Ação Afirmativa é a de Murray que procura resgatar o ideal individualista, competitivo e meritocrático tão caro à sociedade norte-americana. O referido autor inspira-se no que ele denomina de “sabedoria popular branca” que se caracteriza pela hostilidade em relação ao estado bem-feitor (ele torna as pessoas preguiçosas); com relação a juizes permissivos (eles encorajam o crime) e com relação a escolas socialmente conscientes (mais preocupadas em integrar alunos diferentes do que em ensiná-los). Essa suposta sabedoria desaprova o favoritismo por negros e a quantidade de direitos assegurados para as minorias de toda a sorte, e, portanto, afirma que o governo se envolve com coisas que não são de sua alçada. Baseando-se em três premissas dessa suposta sabedoria popular branca, ou seja, de que as pessoas:

1. respondem a incentivos e punições;
2. não são inerentemente trabalhadoras ou morais;
3. devem ser responsáveis pelas suas ações,

Murray propõe o total desmantelamento do sistema de bem estar federal, deixando as pessoas em idade de trabalhar sem nenhum recurso exceto o mercado de trabalho, membros da família, amigos ou serviços públicos e privados financiados localmente. Ele critica as elites americanas, da década de 60, pelas políticas públicas implementadas, que favoreceram as minorias. Para Murray as pessoas, sejam elas pretas ou brancas, ricas ou pobres, podem ser desigualmente responsáveis por aquilo que lhes tenha ocorrido no passado, mas todas são igualmente responsáveis pelo que elas fazem depois. Não há nesse posicionamento falta de compaixão, mas uma pressuposição de respeito, assegura o autor¹².

Duncan Kennedy, ao contrário, é a favor de uma Ação Afirmativa em larga escala com base no critério de raça. Ele se refere, principalmente, às escolas de Direito na medida em que elas se constituem em aparatos de poder na sociedade americana, que desenvolvem e disseminam um conhecimento indispensável na luta pelos direitos inerentes a cada comunidade. Assim, cada grupo deveria dispor de uma elite capaz de lutar pelos seus interesses. Para esse autor, “as próprias regras do jogo são produzidas pelo jogo no sentido em que o poder

para competir é, também, poder para modificar as regras.” (...) Escolas de Direito não deveriam fazer a escolha ideológica entre meritocracia cega quanto à raça ou Ação Afirmativa (como sendo alguma forma de poder compartilhado que leve em conta a raça), sem uma participação substancial de minorias na decisão”¹³.

Uma ética individualista seria aceitável, para Thurow, caso a sociedade jamais tivesse infringido essa ética no passado, mas inaceitável caso tenha havido discriminação. Mudar de um sistema de discriminação grupal para um sistema de mérito individual seria perpetuar os efeitos da discriminação passada. A necessidade atual de se fazer discriminação positiva é um dos custos de discriminações passadas¹⁴. A Ação Afirmativa é, assim, apresentada como um remédio para um mal maior e, como todos os remédios, possui efeitos colaterais. Alguns críticos, que desejam abolir essa política, colocam vários argumentos tais como:

- a existência de quotas acaba sendo injusta e mesmo desrespeitosa para os membros de minorias que sejam realmente competentes, pois eles são invariavelmente tomados como beneficiários de uma política de discriminação positiva a favor de seu grupo;
- raça não é um sinônimo de condição social, ou seja, nem todos os negros são pobres e nem todos os pobres são negros;
- as políticas de Ação Afirmativa deram origem a uma burocracia encarregada de promover programas para combater a discriminação racial e esse grupo de burocratas tende a se expandir desenvolvendo interesses próprios.

Uma das formas de tornar mais aceitável a política de Ação Afirmativa é a de apresentá-la, não como uma política de discriminação positiva, mas como uma forma de respeitar as diferenças culturais numa sociedade, que se torna cada vez mais multicultural.

O fato de ignorar as diferenças entre grupos, em termos de políticas públicas, não significa que essas diferenças não estejam presentes nas vivências e interações cotidianas. Por essa razão, Young é a favor de que, considerados os grupos e as circunstâncias, as diferenças que existem socialmente, e que implicam em relações de opressão, sejam trazidas a público e façam parte das negociações políticas. A autora critica a visão hegemônica de diferença como significando uma alteridade absoluta. Nessa visão “o outro é definido a partir de um padrão superior de humanidade. Grupos privilegiados (ex.: homens x mulheres, cristãos x judeus, civilizados x selvagens etc.) se auto-definem como tendo uma subjetividade livre, enquanto os grupos excluídos são marcados por uma essência que limita as suas possibilidades”. Essa perspectiva nega a própria diversidade: os elementos em cada grupo são aprisionados numa essência e passam a ser percebidos como idênticos, por sua vez, as normas sociais dos grupos no poder são apresentadas como universais, fazendo com que o grupo não assuma

a sua especificidade. A essencialização das diferenças é vista como expressando “um medo da especificidade, e um medo de tornar permeáveis as fronteiras entre as categorias, entre o eu e os outros”. Para Young, a diferença tem de ser contextualizada, ela faz parte de um processo relacional. O processo de comparação de grupos sociais é complexo e envolve não apenas os grupos que são comparados, mas, também, os critérios e os objetivos da comparação. É importante, também, não esquecer que o fato de haver diferenças entre grupos não exclui a presença de atributos, experiências e objetivos em comum¹⁵.

Um outro participante desse debate, Schlesinger Jr, vê com muita preocupação as mudanças ocorridas na sociedade americana. Para ele, o ideal contemporâneo não é mais a assimilação, mas o da etnicidade. Enquanto as gerações antigas abandonavam as suas origens, as atuais gerações se lançam na busca das suas raízes e o resultado é que, em vez do *melting pot* (cadinho de culturas), a nação talvez esteja a erigir uma Torre de Babel. O autor assume a essencialidade da origem européia na cultura americana e acha que afirmar o contrário seria falsificar a história. Considerando frágeis os laços de coesão da sociedade americana, ele não vê sentido em encorajar o que ele chama de “*apartheid*” cultural e linguístico. Enfim, na sua opinião, a rejeição do *melting pot* colocaria os Estados Unidos em direção ao caos¹⁶.

Num enfoque que privilegia a perspectiva da justiça social, Wilson aponta, com muita clareza, as limitações das políticas de Ação Afirmativa, para a solução dos graves problemas que afetam a população negra americana no presente. Ele chama a atenção para o fato de que, a partir da II Guerra Mundial, mudanças políticas e econômicas contribuíram para a mobilidade individual de um segmento da população negra, o que propiciou um processo de *desracialização* no setor econômico, ou seja, diferenças raciais perdem a importância em determinar a ascensão social nos Estados Unidos. Se por um lado, o crescimento econômico deu origem a uma classe média negra, por outro lado, a reorientação da economia, que seguiu ao período de prosperidade, tem diminuído as oportunidades de quase toda a natureza, para os outros segmentos da população negra. A mudança econômica, que se caracterizou pela desindustrialização de certos setores e maior ênfase na prestação de serviços, tem tornado redundante os negros, trabalhadores industriais. Muitas indústrias, que não necessitam mão-de-obra especializada, deixaram as grandes metrópoles americanas para se instalar em países com mão-de-obra mais barata. Assim, “os negros, principalmente os homens, essenciais na força de trabalho no passado, tem se tornado, em grande parte, supérfluos como trabalhadores no presente”¹⁷.

Wilson é crítico da atmosfera de verdadeiro chauvinismo racial que impregnou alguns representantes do que ele chama de “perspectiva negra”. Assim, as atitudes de cooperação e integração entre as raças acabaram por ser desqualificadas e a solidariedade dentro do grupo assumiu uma proporção indevida, que pregava a hostilidade em relação aos brancos em geral. Essa perspectiva

tirou de foco a discussão de problemas relacionados com as mudanças estruturais da economia, que estavam afetando profundamente as populações negras mais carentes; uma vez que o problema era definido em termos raciais, as discussões de caráter mais econômico tornavam-se secundárias.

Aproveitando-se desse clima, Murray, um dos baluartes do conservadorismo, em seu último livro, *The Bell Curve*, escrito em conjunto com Herrnstein, e que tem provocado grande polêmica, afirma que a riqueza e a pobreza são uma questão de quociente intelectual. Em cerca de 800 páginas tenta provar que a população negra tem, em média, QIs mais baixos do que o dos brancos, sendo essa a principal razão da marginalização dos negros na sociedade americana.

Takaki apresenta alguns dados demográficos sobre a população negra, que enfatizam os aspectos econômicos estruturais, que tem afetado as minorias em geral e os negros em particular. O percentual de desemprego dos jovens brancos, nos últimos anos, tem sido sempre inferior à metade da taxa de desemprego das outras raças. Os negros, que constituem 12% da população norte-americana, são 28% dos pobres e 43% da população que recebe ajuda governamental. Em 1980, 40% das famílias negras se constituía por mulheres e filhos menores. Nesse mesmo ano, a população negra masculina jovem de 20 a 24 anos estava praticamente marginalizada do mercado de trabalho (22% desempregada, 20% com emprego ocasional, 18% trabalhando em ocupações marginais, 7% involuntariamente trabalhando em empregos de tempo parcial e 5% trabalhando em tempo integral com salário abaixo do nível de pobreza), ou seja, quase 3/4 dessa população em situação precária. Para Takaki, o individualismo levou os Estados Unidos a uma concentração do eu e a uma sociedade fragmentada. Mas embora o ideal da meritocracia se estenda pela maior parte da história americana, sendo alicerçado na ética protestante dos primeiros habitantes, momentos como o *New Deal* e o movimento pelos direitos civis expressam uma visão de política coletiva e clamam por intervenção governamental, para agir em benefício da comunidade¹⁸.

Comentários finais

É difícil fazer um balanço da Ação Afirmativa, pois são inúmeros os argumentos a favor e contra, e as avaliações dos resultados são ainda parciais e recentes. O fato é que a política de Ação Afirmativa tem contribuído de forma significativa para aumentar a diversidade no sistema universitário americano, fazendo com que ele espelhe melhor as contradições da sociedade nacional.

O aumento da presença de minorias sub-representadas nas grandes universidades é uma questão sobre a qual poucos são indiferentes. Numa mesma universidade os grupos se dividem. Um bom exemplo é o da Universidade da Califórnia, a maior e mais importante universidade pública dos Estados Unidos.

Em dezembro de 1994, foram amplamente noticiados os dados sobre o aumento do percentual de minorias que passaram a representar 21% dos calouros. Galligani, assistente do vice-presidente encarregado da parte acadêmica dos estudantes, disse em entrevista: “É gratificante que o nosso comprometimento com a diversidade tenha alcançado bons resultados”¹⁹. No ano seguinte, os *Regents*, responsáveis pela universidade, aproveitando o recesso escolar, votaram, no mês de julho de 1995, a suspensão dos programas de Ação Afirmativa.

A política de Ação Afirmativa pode ser criticada sob muitos aspectos:

1. A definição de minorias discriminadas se baseia numa categorização formal, que facilita a operacionalização do conceito, mas essencializa o pertencimento a um grupo de origem; o negro é negro e todos os negros são iguais, o mesmo ocorrendo com latinos, índios, asiáticos, esse rótulo passa a ser o mais importante para definir os elementos dentro de cada grupo; essa definição banaliza as diferenças internas de cada grupo e erige fronteiras rígidas entre os diversos grupos;

2. Embora oferecendo mecanismos de incentivo para grupos previamente marginalizados e discriminados, a Ação Afirmativa não questiona a orientação individualista e meritocrática da sociedade norte-americana. Ela é voltada ao sucesso de alguns e não se endereça à solução dos problemas de uma grande maioria entre os grupos discriminados, que continua marginalizada e sem condições de aproveitar as chances da própria Ação Afirmativa.

Pode-se dizer que a Ação Afirmativa tem muito a ver com os valores norte-americanos: elementos das minorias, inclusive as mulheres, passam a ter a sua chance de vencer na vida, de cada grupo são cooptados os melhores para participar nas esferas econômica, acadêmica, política e, na medida em que eles são bem sucedidos, passam a servir de exemplo aos demais. Essa política é talhada para reforçar a idéia de tipo ideal americano como *the winner*, o vencedor, e não se dirige para a solução dos problemas que afetam um significativo segmento da população, que tem aumentado ultimamente - *the losers*, os perdedores, - aqueles que são deixados à margem na reestruturação econômica da sociedade capitalista e que ainda por cima devem carregar o ônus da responsabilidade de sua precária condição.

É importante salientar que as políticas de Ação Afirmativa favoreceram a mobilidade social de certos segmentos da população negra e de outros grupos discriminados. Ela abriu as portas da universidade para minorias até então praticamente excluídas. Mais do que isso, o debate sobre a Ação Afirmativa traz à discussão a questão da discriminação social, do ônus que isso representa para determinados grupos e das possíveis orientações políticas, que possam vir a combater uma situação social inerentemente injusta. Nos Estados Unidos, a sociedade é menos ambígua, tanto brancos quanto negros e outros grupos assumem, de forma mais clara, a sua identidade étnica e, inclusive, seus preconceitos. Isto faz com que o debate sobre a discriminação e as formas de combatê-la atinja um público muito grande e faça parte do cotidiano da universidade.

Notas

1. Benokraitis, Nina & Feagin, Joe. "Affirmative Action and Equal Opportunity". Boulder, Colo., Westview Press, 1978 in WASHINGTON, Valora & HARLEY, William. *Affirmative Rhetoric, Negative Action*. Report 2 1989 ASHE-ERIC Higher Education, p. 8.
2. Brown v. Board of Education, 1954 (Chief Justice Warren)
3. NASH, Gary. *American Odyssey*. Glencoe Macmillan/MacGraw-Hill, Mission Hills CA 1992 p.563
4. FANON, Franz. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.
5. NASH, Gary op. cit. p 588
6. WASHINGTON, V. & HARVEY, W. *Affirmative Rethoric, Negative Action*. op. cit. p.12-15.
7. HALSEY, A. (ed.) *Educational Priority HMSO 1972*, apud Flude, Michael and AHIER, J. *Educability, Schools and Ideology*. London, Croom Helm, Ltda, 1974, p.27.
8. GLAZER, Nathan *Affirmative Discrimination*. New York, Basic Books, 1975.
9. ARTHUR, John and SHAPIRO (ed.) Amy. *Campus Wars: Multi-culturalism and the Politics of Difference*. San Francisco Westview Press, 1995, p.137.
10. TAKAKI, R. "Reflections on Racial Pattern in America" in TAKAKI, Ronald (ed.) *From Different Shores: perspective on race and ethnicity in America..* New York, Oxford University Press, 1994, p. 24-40
11. TAKAKI, R. "To count or not to count by race and gender?" in TAKAKI (ed.) op. cit. p 241.
12. MURRAY, Charles. "'White Popular Wisdon': Losing Ground" in TAKAKI, R. (ed.) op. cit p. 251-256.
13. KENNEDY, Duncan. "A cultural Pluralistic Case for Affirmative Action" in ARTHUR & SHAPIRO (eds.) op. cit. p.153-175.
14. THUROW, Lester. "Affirmative Action in a Zero-Sum Society" in TAKAKI, R. (ed.) op. cit. p.235-240
15. YOUNG, Iris Marion. "The Social Moviments and the Politics of Difference" in ARTHUR & SHAPIRO, op. cit.199-225.
16. SCHLESINGER, A. "The return to the Melting Pot" in TAKAKI (ed.) op. cit. p. 293-295.
17. WILSON, William Julius. "Black Community: Race and Class" in TAKAKI, R. (ed.) op. cit. p. 243-250.
18. TAKAKI, R. op. cit.
19. "UC Freshman Class Most Ethnically Diverse Ever: Big jump in underrepresented minorities" San Francisco Chronicle, 3/12/94, A.18.

Arabela Campos Oliven é professora de Sociologia da Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Endereço para correspondência:
Rua Vitor Hugo 229
90630-070 - Porto Alegre - RS